



## **Direito Penal e Mídia: é Preciso Desafiar as “Obviedades” Instituídas<sup>1</sup>**

Patrícia Cordeiro da SILVA<sup>2</sup>  
Cátia Rejane Liczbinski SARRETA<sup>3</sup>  
União Educacional de Cascavel, Cascavel, PR

### **RESUMO**

Os estudos criminológicos avançam, e são ignorados, silenciados pelos veículos de (des)informação. Contudo, a missão do jornalismo é informar, levar à população dados que proporcionem autonomia, visão crítica e reflexão. Cada veículo de comunicação possui sua própria linha editorial, um viés ideológico. E o Jornalista por sua vez, está vinculado e subordinado às suas ordens. Notoriamente a população é bombardeada por notícias superficiais, com opiniões de “especialistas”, que são verdadeiros especialistas em ignorar a realidade e os avanços da criminologia, e bradam por mais punição, leis mais rígidas. Causando na sociedade um *blackout criminológico*. Mas seriam os meios de massa fadados a desinformar? O estudo visa abordar as noções construídas pela mídia acerca do sistema penal, bem como sua função de forjar sentidos e criar justificativas para o cárcere.

**PALAVRAS-CHAVE:** mídia; blackout criminológico; direito penal; jornalista; cárcere.

### **1. A (In)eficiência do Direito Penal**

A cultura punitiva se apresenta como o néctar dos deuses, a solução entre as soluções, sinônimo de segurança e tranquilidade, mas é carente de sentido e mentirosa. A linguagem punitiva é inversamente proporcional à proteção. É preciso lembrar que a linguagem é fruto das relações de poder e serve muitas vezes para silenciar e ocultar. De que outra forma os poderosos continuariam no poder se não fosse esse silenciamento e as mudanças que não mudam nada (para melhor)?

Através das leis repressivas, nos enganam com a promessa de segurança. A lei repressiva é um “cala a boca” para a vítima, um jeito de dizer “Fique quieta, não reclame, olha lá na lei, seu direito está garantido!”, reforçando a crença nesse sistema insolvente que é o Direito Penal. Um direito super.. superficial.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 4 a 6 de junho de 2015.

<sup>2</sup> Graduanda dos Cursos de Direito e Comunicação Social - Jornalismo na União Educacional de Cascavel – UNIVEL. Aluna integrante do Projeto de Pesquisa vinculado ao CNPQ: O Direito Humano Fundamental à Cultura, sua diversidade e efetivação, vinculado ao CNPQ. E-mail: patricias\_silva@live.com

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Doutora em Direito pela UNISINOS; Professora do Curso de Direito da União Educacional de Cascavel – UNIVEL; Coordenadora do Projeto de Pesquisa vinculado ao CNPQ: O Direito Humano Fundamental à Cultura, sua diversidade e efetivação. E-mail: catia\_sarreta@hotmail.com



E quando trabalhamos com a criminalização, ainda que imaginando estar reduzindo danos, estamos precisamente maximizando. Dito de outro modo, jogando o conflito nas mãos do Estado para que ele brinque de faroeste e isole a(s) vítima(s), bem como crie novas, forjando uma promessa de segurança e felicidade.

É natural que os grupos que se sentem oprimidos peçam a criminalização de condutas. Natural, porque é somente na linguagem punitiva que nos adestram. A sociedade anseia por respostas humanas, no entanto, conhece apenas a linguagem da punição, e por ela seduzida, busca dentro do sistema penal proteção, e logo, não encontra, e continua nessa aposta esquizofrênica por mais repressão, que contribui na própria construção da violência. É uma sociedade que sofre, e por não saber por que sofre faz sofrer, e não esqueçamos que a indústria do medo se alimenta da dor humana. Neste sentido a discussão sobre a construção e desconstrução de linguagens é ponto chave, para que na hora de pressionar o Estado, os pedidos mudem, e a vítima passe a ter voz e vez.

Zaffaroni (1991) traz um ótimo exemplo, no livro ‘Em busca das penas perdidas’, mostrando que jamais compraríamos um apartamento de uma imobiliária insolvente, não é mesmo? E o que nos faz continuar comprando um sistema penal insolvente?

A mídia tem enorme influência na venda desse sistema insolvente. A construção da opinião racional e inteligível do leitor/telespectador somente poderá ser realizada mediante o acesso e obtenção de informações de qualidade, que mostre as diferentes perspectivas sobre os fatos. Pois, caso seu ponto de partida esteja distorcido, não haverá premissas futuras que o conduzam ao esclarecimento. Com bases podres não se constrói prédios sólidos. A programação por sua vez, é projetada para o que o público está acostumado, porém com a imagem “do novo”. Decidem o que devemos pensar, o que devemos olhar, dizem-nos quais são os problemas das escolas, das favelas, e como “resolver” a violência (Bourdieu, 1997).

A construção diária do medo pela mídia (principalmente), nos leva a tudo. Criam medos, iram fantasias. E aos poucos e quase que imperceptivelmente vamos erguendo muros. Muros mentais, fechamentos, impedindo de ver além, condicionam a linguagem, e conseqüentemente o nosso mundo, que é linguagem. E permanecemos com respostas vazias.

Foucault (2002), em sua obra: ‘A verdade e as formas jurídicas’, adverte que a própria construção do conhecimento/linguagem é o resultado do jogo das relações de poder – que por óbvio, possui objetivos bem diferentes dos declarados, cabe questionar



a quem interessa a falácia da punição. Trata-se dum conhecimento forjado. Esse modelo de “pensar/conhecer”, legitima ainda mais um sistema que foi criado para qualquer coisa, menos para causar o bem comum. Não pretende (re)discutir o direito, mas sim legitimá-lo ainda mais. “A linguagem é o arame farpado mais poderoso para se garantir o poder.” Maurizio Gnerre.

Hulsman (1993) entendia bem dessa complexidade quando escreveu:

É preciso desafiar as ideias preconcebidas, repetidas abstratamente, sem qualquer reflexão pessoal e que mantêm de pé os sistemas opressivos. Quando se veicula a imagem de um comportamento criminoso de natureza excepcional, muitas pessoas, no geral inteligentes e benevolentes, passam a acreditar que se justifica a adoção de medidas excepcionais contra as pessoas apanhadas pelo sistema penal. E, quando se imagina que se trata de colocar tais pessoas separadas das outras, para que fiquem impedidas de causar mal, passa-se a aceitar facilmente o próprio princípio do encarceramento, que as isola. Para encarar os verdadeiros problemas que, de fato, existem, urge desmistificar tais imagens (HULSMAN, 1993, p.57).

Neste sentido Guilherme Moreira Pires (2013), explica que esse Direito Penal simbólico, visa mascarar a falta de investimento num processo cultural e educacional eficiente, disfarçando a falta de políticas públicas. Reforçando a crença na punição, e ocultando que para a sociedade capitalista a existência de alguns é desnecessária, além do encarceramento movimentar dinheiro, ensanguentado, mas dinheiro.

Bakunin (2002), na obra ‘Deus e o Estado’, publicada em 1882, diz para esquecer os códigos criminais e apostar na força do espírito coletivo e no respeito mútuo para superação de conflitos. A abolição do código criminal deve começar na alma, enquanto os olhos permanecerem com grades, seguiremos encarcerando o mundo.

Warat (2001) aponta que o caminho é a desconstrução do imposto, afirmando que fomos persuadidos, roubados e adestrados e ressalta que não se trata de fornecer chaves, pois o que se pede é a própria porta, que deverá ser construída com a desconstrução do aprendizado de forma autoritária, deixando o espaço vazio para florescer a criatividade.

Ou seja, criados numa sociedade punitivista, adestrados para pensar na lógica (?) da punição, temos um pequeno carrasco no fundo de nossas almas. O primeiro a ser abolido/contido, para que haja enfim, uma porta.

A construção de novas linguagens como propõe Warat (2001), quebra a ilógica punitiva e oferece outras perspectivas de mundo, abrindo caminho para construção de novas respostas. Quebrando essa cruel e mentirosa visão de mundo, de que temos apenas uma resposta – a punitiva - e que ela resolve. Em momento algum se questiona a lei, em que período foi construída, quais seus efeitos. Todo esse debate é engolido, pela



resposta pronta. E se não fosse a resposta pronta? A promessa de segurança sobreviveria aos questionamentos, à realidade?

A linguagem não é inocente, destaca Warat:

Não existem palavras inocentes. O espaço social onde elas são produzidas é condição da instauração das relações simbólicas de poder. A dimensão política da sociedade é também um jogo de significações. Isso supõe que a linguagem seja simultaneamente um suporte e um instrumento de relações moleculares de poder. Mas também um espaço nela mesma. A sociedade como realidade simbólica é indivisível das funções políticas e dos efeitos de poder das significações (WARAT, 1985, p.100).

Por isso é extremamente importante a aproximação dos debates. É urgente construir outras linguagens, fora da ótica punitiva. A linguagem criminal ensina as regras do sistema e suas justificativas, adestrando para que se fale a partir das coisas e não sobre as coisas, ou seja, há um desvio do discurso ideológico (STRECK, 2004).

Nisso o Estado se fortalece como “Salvador” garantidor da paz pública, nada mais hipócrita, e cruel do ponto de vista humano. Mas claro, a pena é um sofrimento estéril quando avaliada de acordo com seu discurso formal, ao que diz se comprometer. Mas como “higienizadora” das classes subalternas, ela é eficaz, e para desviar o foco das verdadeiras mudanças que devem ser feitas também.

Noam Chomsky (2002), no livro ‘O lucro ou as pessoas?’, mostra esse esgotamento de ideias:

As pessoas talvez nem pensem mais em “alternativas diferentes das apresentadas pelos poderosos”, para os quais isto é uma grande vitória da liberdade e da democracia. Essa é a essência do problema. As “más ideias” podem não servir aos “objetivos expressos”, mas geralmente acabam se revelando ótimas para os seus grandes arquitetos. Hume intrigava-se com “a facilidade com que a maioria se deixa governar pela minoria, a implícita submissão com que os homens entregam” os seus destinos aos governantes. Isso lhe parecia surpreendente, porque “a força está sempre do lado dos governados”. Se as pessoas se dessem conta desse fato, revoltar-se-iam e derrubariam os seus senhores. Sua conclusão foi a de que o governo se baseia no controle da opinião, princípio que se estende a todos os governos, dos mais despóticos e militarizados aos mais livres e populares (CHOMSKY, 2002, p.12).

A palavra “Crime”, é um fechamento que impede que pensemos em outras respostas, engole todos os sentidos que poderiam/deveriam ser discutidos. Quando conseguirmos lidar com essas situações de forma mais acertada, construindo soluções humanas, longe das falácias do direito penal que sempre foi instrumento de segregação, poderemos avançar. Do contrário caminhamos cada vez mais para o massacre.

E o papel do Jornalista é promover o desvelamento, possibilitar que haja elementos para a construção de consciência crítica, reflexiva, que permita repudiar as



noções reducionistas e hipócritas vendidas por alguns veículos de comunicação. Impedir que a sociedade continue imersa nesse *blackout criminológico*.

## **2. O Poder da Comunicação**

Marques de Melo (2010) resgatando a origem da ‘comunicação’ palavra lembra que comunicação vê do latim *communis*, que significa comum, trazendo a ideia de comunhão, comunidade.

Partindo da premissa que nos comunicamos para um “fim”, ou seja, um objetivo, há um nítido influenciar. Como o autor David Berlo (1999) cita, nascemos e antes de nos expressarmos estamos sendo influenciados, e de alguma maneira construímos nossa comunicação em contraponto a isso, tentando exercer alguma influência, para que possamos também “tomar as rédeas” de algumas situações, frear influências, num segundo momento passamos a influenciar diretamente.

E se pensarmos que cada palavra, gesto, ação, busca um fim, uma resposta, uma reação, estamos a todo momento influenciando e sendo influenciados mesmo negando isso. E até mesmo a negação é uma tentativa de influenciar de que não estamos querendo influenciar. Um caso em que a comunicação parecia ter outro objetivo que não o de influenciar é o da técnica usada por Sócrates e alguns filósofos, a denominada “Maiêutica” que consista em não usar o convencimento, mas em introduzir perguntas, para que o indivíduo encontrasse ‘sozinho’ as respostas.

Nessa época houve um embate entre os sofistas e os defensores da maiêutica. Mas analisando melhor, percebe-se que a própria maiêutica que se fundava na busca da verdade, tinha em sua essência intrinsecamente o objetivo de influenciar, mesmo que seja para o indivíduo buscar suas próprias respostas, possuía um fim.

No filme chamado “Sócrates” esse fato é relatado, quando chega o julgamento, em que Mileto um sofista da época faz a acusação de Sócrates no tribunal e introduz uma série de argumentos, e Sócrates em sua defesa, apenas questiona Mileto, que ao responder o filósofo acaba destruindo suas próprias premissas, e chegando onde Sócrates queria de que a acusação era infundada. Mesmo neste exemplo, havia um fim, provar a inocência, logo influenciar.

As implicações dessa tese são no sentido de que uma sociedade democrática se constitui ou deveria se constituir por pensamentos livres, mas levando em consideração que somos influenciados a todo tempo, essa liberdade fica condicionada e prejudicada,



afinal, estamos realmente pensando ou apenas repetindo uma influência? E quando buscamos conhecimento, o jornalista nos mostra onde olhar ou o que ver?

A responsabilidade de se criar mensagens ou reproduzi-las é enorme, visto que quem a reproduz presume-se que concorde, que tomou essas palavras como suas, e neste caso ficaria inviável usar a defesa de que não é minha essa ideia, só estou reproduzindo. Basta pensar em Hitler que buscava uma construção de uma raça pura, imaginemos darmos sequência as suas “ordens” alegando que as ideias não são nossas, apenas estamos reproduzindo.

Há uma responsabilidade nítida no fato, como o exemplo dado por Berlo (1999), em que cita um gerente de vendas que dá ordens que contém suas intenções, que no caso eram lícitas, pois visavam aumentar o volume de vendas. Mas suponhamos que as ordens fossem de má fé, ordenando que lesasse o cliente, que promettessem coisas que não poderiam cumprir neste caso o vendedor que aceitasse reproduzir essa ideia estaria sendo conivente com o ato, mesmo sem ter sido o idealizador.

Neste caso a comunicação só fará sentido se entenderem o código/idioma. No entanto é preciso considerar que comunicação não é só a falada, é possível perceber que uma pessoa está triste vendo o seu olhar, suas expressões e etc. Mas é preciso considerar que algo que é comum em nosso país pode soar deselegante em outro. A palavra dado, pode significar inúmeras coisas, desde o dado que possui seis faces e números diferentes, dados de uma pesquisa, científico. Então ao se falar DADO uma série de imagens passará em nossas cabeças, e só será possível identificar de que dado estamos falando avaliando o contexto em que a palavra está inserida.

Outro exemplo é proferir uma palestra em inglês para uma plateia que não conhece o idioma, e só entende português, ficará inviável a comunicação. O palestrando dirá “King” e nenhuma imagem passará na mente daquelas pessoas, logo não fará sentido, diferentemente do que seria se falasse “Rei”.

Torna-se difícil quando não se adapta o discurso, se um químico tentar nos explicar sua teoria sem modificar os termos técnicos tornando-os acessíveis não haverá comunicação, entendemos quando associamos uma imagem ou significação à palavra. Logo ao usar termos desconhecidos, impossibilita o diálogo.

Poderíamos ilustrar também isso numa conversa entre uma pessoa que estuda o Estado e seu sistema punitivo, e outra que não faz a mínima noção dessa lógica, abastece seu conhecimento apenas de Marcelo Rezende, Datena e cia, mencionar que o Estado é opressor, e que possuímos leis demais, e a punição não resolve, não faria o



mínimo sentido. Neste caso as estruturas de linguagem e o nível educacional estariam muito distantes, por mais que se tenha todo conhecimento e preparo, não passaria de um “louco” na visão de quem não o compreende.

O feedback é um retorno, uma resposta, então quando uma pessoa está lecionando, por exemplo, espero o retorno dos alunos, digamos que faça uma pergunta e toda sala fique em silêncio, isso poderá indicar que não entenderam a matéria. Mas tem a questão de que considerar o ponto de vista, pode ser perigoso, como por exemplo, num show de humor, em que apenas uma pessoa não ri da piada, seria ilógico o artista mudar a estratégia, por causa daquele indivíduo, pois a massa ri. Há situações que o feedback é mais difícil, mas possível, como no caso de programas de televisão.

Não é possível errar e logo mudar a estratégia, falando neste caso em relação às novelas. O autor terá que esperar a reação do público durante a semana, os comentários, para então decidir se deve mudar o rumo da novela ou não. No entanto produzir um discurso, um texto com calculando que terá x ou y feedback, não é positivo, pois pode consumir suas ideias, e passar a ser um repetidor do mestre, exemplo escrever um livro e ao invés de ter o objetivo de construir algo, avançar numa teoria, procura-se agradar ao público x. Apesar de ser positiva calcular as reações do público, o excesso não é interessante, ao final estará construindo outra personalidade, que preocupa-se exclusivamente em agradar, e será sempre mediano, sem grandes feitos.

Berlo (1999) fala, tem relação com a teoria dos jogos, em que imaginasse a reação do outro age, e claro modificando a todo tempo. Apesar de associarmos certas altitudes com algumas pessoas, elas podem naquele dia não agir assim, e termos que recalculamos toda a estratégia. Há inúmeras variáveis que podem influenciar no processo.

David (1999) destaca que há certos comportamentos num grupo que são denominados comportamentos papeis, ou seja, que são esperados de certas categorias de pessoas, como por exemplo, o papel dos pais protegerem os filhos.

Há de se fazer menção a liderança formal e material, então um pessoa que é o líder oficialmente, no real pode não o ser, pois o poder demanda confiança do grupo. Já o prestígio e o apreço estão ligados intimamente ao valor que aquele grupo deposita no indivíduo, e será medido com base nisso, todos esses fatores importantes na organização social.

No sistema social no qual estamos inseridos têm normais gerais e normas específicas destinadas a certos papeis/funções que exigem comportamentos e excluem outros, como no cargo de presidência da república, existe uma série de exigências



importas pelo sistema, que independe da vontade da pessoa, mas que acompanha o cargo. Tudo isso se origina na comunicação desde a formação, manutenção do grupo social.

Nesse contexto, tampouco o jornalista pode alegar a neutralidade. A questão é que considerando essas variáveis, deve o jornalista mergulhar em novos territórios, trocar as fontes que entrevistas e apresentar novas perspectivas e não se contentar com o “de sempre”.

### **3. Estariam os Meios de Massa Fadados a (Des)informar?**

Marshall McLuhan (2000) certamente discordaria. Ele nasceu em 1911, fez Mestrado em Literatura Inglesa e Doutorado em Filosofia. Tornou-se referência como teórico e educador canadense. Sua principal obra é “Os meios de Comunicação como extensão do homem”. Sua importância histórica e teórica apresenta-se no sentido de questionar o sistema tradicional de educação, mostrando que o sistema estava desestimulando os alunos, que aprendiam mais fora da sala de aula. Criou o conceito de “Aldeia Global”, referindo-se ao avanço das tecnologias e seus paradigmas.

McLuhan (2000) causou espanto quando defendeu que a escrita seria um atraso – ainda que em alguma medida. Entretanto, Platão, filósofo Grego, grande pensador da política e da ética, acreditava que a escrita impressa iria promover uma involução, o aprendizado se tornaria mecânico, pois a verdadeira dialética, os debates seriam trocados por leituras solitárias. Em cada pessoa iria formar seu entendimento de forma mecanizada. O livro neste prisma teria desenvolvido o estudante solitário, e causado a sensação de que a cultura só existia com os livros. As conversas, debates, dialética foram sendo esquecidos.

Os meios de massa considerando esse aspecto negativo do livro seriam não só para a diversão, mas funcionariam com potencial enorme para o desenvolvimento. Quando há a compreensão por apenas um meio, ou seja, falado, visual ou sonoro, a interpretação fica comprometida. O meio é a mensagem.

Parece que desenvolvemos uma completa separação entre cultura e os novos meios, e não somos capazes de encará-los como uma cultura séria. Hipnotizadas pela cultura do livro, não se percebe que o meio de transmissão é tão importante quanto a informação.

O livro impresso criou um tipo de estudante solitário, mecanizado, que interpreta sem discussões e troca de informações e sentidos. O que para Marshall promoveu um





divórcio entre literatura e vida. Esse aprendizado baseado apenas no visual empobrece o conhecimento, que segundo Platão seria alcançado verdadeiramente através dos debates, dialética, discurso e indagação.

O meio aqui se entende falado, escrito ou visual, que influencia na maneira de pensar e sentir, bem como compreender, quanto mais sentidos houver, melhor será a compreensão da mensagem. A ideia é que a carga de vivência da pessoa influencia na interpretação, funciona como uma janela para a existência, e meio também constitui janelas. Que pode revelar ou deformar a realidade.

Quando a poesia ocupou a página impressa no século XVII, ocorreu a mistura entre visão e som, que depois ficou conhecida como poesia metafísica – que busca conhecimento da essência das coisas.

Logo, podemos concluir que os meios de massa não são necessariamente deformadores, ou apenas para a diversão popular. McLuhan (2000) relata um teste em que foi dada a mesma informação a quatro grupos diferentes, um ouviu no rádio, o outro assistiu na televisão, outro em sala de aula e o último leu a informação. O resultado surpreendeu quando percebeu que o grupo que obteve a maior compreensão foi o que assistiu na televisão, depois o rádio, sala de aula e leitura em último lugar.

Ficando claro que para que haja uma maior compreensão e construção da consciência crítica, é preciso realizar uma aproximação entre os diferentes tipos de aprendizados, os diferentes tipos de meios, escrito, falado, visual e sonoro.

Conter o aprendizado em apenas um meio é perigoso para a compreensão. É necessário equilibrar esses meios e quanto mais sentidos puderem ser usados, maior será a compreensão.

Os meios de massa não são necessariamente deformadores, ruins. Pelo contrário, tem potencial enorme para propiciar a aprendizagem. O meio também é linguagem. Um texto complexo, por exemplo, quando encenado em uma peça teatral, torna-se de mais fácil compreensão. O ponto é não alimentar mais esse rompimento, mas promover a aproximação entre eles.

#### **4. Considerações Finais**

Quando trabalhamos com as noções de direito penal construídas pela mídia, é evidente a manutenção de um *Blackout criminológico*, os entrevistados e especialistas possuem sempre a mesma visão, nada de novo é apresentando. Trabalhar com “mais do mesmo” é sempre mais seguro, por certo haverá pouca rejeição, inclusive interna, se



pensarmos na linha editorial de cada veículo de comunicação. Como ficou claro, a partir das reflexões de David Berlo, influenciemos e somos influenciados a todo tempo. Logo, não pode o jornalista se eximir da construção da informação ou desinformação.

Não é fácil exercer o papel de resistência, sobretudo dentro de um veículo de comunicação que possui uma linha editorial conservadora, por exemplo. Mas é preciso encontrar aberturas, criar aberturas, desafiar o imposto e construir novos caminhos.

McLuhan, apontou o potencial que o meio exerce, deixou claro que quanto mais sentidos envolvidos, melhor será a compreensão. A televisão não é só para a diversão, ela possui enorme potencial enquanto meio. O meio é a mensagem. E o jornalista nesse prisma, tem uma ferramenta de grande poder em “suas mãos”, nem sempre é fácil controlar. Mas precisamos tentar. Começar pelo respeito ao Código de Ética, é um ponto importante. Lembrar-se dos sonhos revolucionários que o motivou entrar nesse curso também.

Ser jornalista/estudar jornalismo é procurar ler o mundo. Todos possuem uma grande história. Mas para descobriremos dependerá da curiosidade do nosso olhar. A chave para a descoberta de novos mundos depende da intenção do nosso olhar. Tudo pode ser página.

## REFERÊNCIAS

BAKUNIN, Mikhail Alexandrovich. **Deus e o Estado**. Tradução: Plínio Augusto Coelho. Ano de publicação original 1882. Ano de digitalização: 2002. Editora: Hedra.

BERLO, David K. **O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Bertrand Brasil, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes... et AL. J. – Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

HULSMAN, Louk. CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas Perdidas. O sistema penal em questão**. Tradução: Maria Lúcia Karam.



MARQUES DE MELO, José. **Comunicación Multicultural en Iberoamérica - Historia Conceitual y Teoria Comparada**, 2010, Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação, São Bernardo do Campo.

MOLES, Abraham; LAZARFELD, Paul; MERTON, Robert. **Teoria da cultura de massa**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PIRES, Guilherme Moreira, **Desconstrutivismo Penal: uma análise crítica da expansão punitiva e dos mutantes rumos do Direito Penal**. Vitória-ES, Aquarius, 2013.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

WARAT, Luis Alberto. **A ciência jurídica e seus dois maridos**. Santa Cruz do Sul: Faculdade Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985.

WARAT, Luis Alberto. **O ofício do mediador**. – Florianópolis: Habitus, 2001.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.